



Superintendência de Desenvolvimento da Capital
REGISTRADO
Livro nº 02 Folha nº 60
Responsável: Yurramo
Data: 22/07/2021 Mat: 28216



PROCESSO Nº. 01-092.914/20-79

IJ N.º 01.2021.2702.0010

TERMO ADITIVO N.º 01 ao CONTRATO DJ 030/2021, que entre si fazem a **SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL - SUDECAP** e **CONEST ENGENHARIA LTDA.**, tendo por objeto a reprogramação da planilha contratual com acréscimo de quantitativos, em razão da Solicitação de Aditivo de Valor nº. 01, datada de 11 de junho de 2021 (fls. 298/299 e 302/331), mediante as cláusulas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – REPROGRAMAÇÃO DA PLANILHA CONTRATUAL

Readequa-se a Planilha Contratual, integrante do **Contrato DJ 030/2021**, que tem por objeto a execução dos serviços comuns de engenharia para contenção de encosta em gabião e solo grampeado para restabelecimento do maciço do talude localizado na Av. Basílio da Gama, com o fornecimento de materiais, insumos e mão de obra, para reprogramá-la com aumento de quantitativos, importando incremento de R\$ 180.658,94 (cento e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos), correspondente a 15,91% do valor inicial do contrato, a preços de junho de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O AJUSTE

As planilhas contratuais de fls. 308 e 312/315 e o Cronograma Físico-Financeiro de fl. 311, integram este instrumento para todos os efeitos de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste aditamento correrão à conta de recursos orçamentários da Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP, conforme rubrica nº. 2702.0600.15.451.233.1.396.0001, natureza de despesa 449051-09, fonte de recurso 00.00 e SICOM 177.





CLÁUSULA QUARTA – COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA

Em virtude das alterações decorrentes deste aditivo e em observância ao disposto no art. 56, § 2º, da Lei n.º 8.666, de 1993, e no art. 63 do Decreto Municipal n.º 10.710, de 2001, a garantia contratual é adequada ao valor do contrato e acrescida em R\$ 9.032,94 (nove mil e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos), conforme guia n.º 2021/2180 000 10 02, emitida pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital - SUDECAP.

Ressalvado o disposto neste instrumento, fica mantido e ratificado o contrato base ora aditado.

E por estarem assim firmes e ajustadas, as partes contratantes, já qualificadas no contrato original, assinam, por seus representantes, o presente instrumento, digitado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos de direito.

Belo Horizonte, 22 de julho de 2021.


Henrique de Castilho Marques de Sousa
Superintendente da SUDECAP


CONEST ENGENHARIA LTDA.

Nome: Rodrigo Otávio Coelho Silva

CPF: [REDACTED]

Conest Engenharia Ltda
Rodrigo Otávio Coelho Silva
CPF: [REDACTED]

Visto: 

[REDACTED]
Diretor Jurídico da SUDECAP

Par Delegação - Portaria SUDECAP nº 128/2021



01 - DADOS DO RECOLHIMENTO

ENTIDADE CONTÁBIL			
218 - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA			
2702 - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CAPITAL			
CONTRATADO			
113151 - CONEST ENGENHARIA LTDA.			
ANO / NÚMERO DA GUIA / SEQUÊNCIA	MODALIDADE DA GARANTIA	NÚMERO	NÚMERO DOCUMENTO ALTERAÇÃO
2021 / 218000010 / 02	SEGURO GARANTIA	0306920219907750486795000	0306920219907750486795000
VALOR DA ALTERAÇÃO	VALOR POR EXTENSO		VALOR TOTAL DA GARANTIA
9.032,94	NOVE MIL, TRINTA E DOIS REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS		65.801,19
GARANTIA EMITIDA POR			VENCIMENTO
POTENCIAL SEGURADORA S.A.			01/07/2022
Nº PROC. DE RECOLHIMENTO	MODALIDADE DE LICITAÇÃO	Nº DA LICITAÇÃO / ANO / UNIDADE	
01.016158.21-90	PREGAO	49 / 2020 / 2702	

02 - TIPO DE ALTERAÇÃO

ACRÉSCIMO VALOR

03 - OBJETIVO

Garantir o 1º Termo aditivo do contrato DJ-030/21.

04 - OBSERVAÇÕES

05 - EMISSÃO

DATA	BM/NOME
22/07/2021	SD002725 - FERNANDA SATÍRO DE SOUZA LIMA
	1100 - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

06 - RECEBIMENTO (DIRETORIA CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA OU ÓRGÃO COMPETENTE DA ENTIDADE)

DATA	ASSINATURA /BM
22/07/2021	SD002725 - FERNANDA SATÍRO DE SOUZA LIMA



PARECER JURÍDICO DPCT-SD N.º 129/2021

Belo Horizonte, 19 de julho de 2021

Processo n.º: 01-092.914/20-79

Referência: Solicitação de aditivo de prazo n.º 02, datada de 11 de julho de 2021

Contrato: DJ 030/2021

Contratado: Conest Engenharia Ltda.

Objeto: Serviços comuns de engenharia para contenção de encosta em gabião e solo grampeado para restabelecimento do maciço do talude localizado na Av. Basílio da Gama, com o fornecimento de materiais, insumos e mão de obra.

I – RELATÓRIO

1. Foi encaminhada a este Departamento de Contratações a Solicitação de Aditivo de Prazo n.º 02, datada de 11 de julho de 2021, subscrita pelo fiscal do contrato, Sr. Alann Wolfgang Fernandes de Sousa, pela Gerente Regional de Manutenção Norte, Sra. Priscila Madureira Nascimento, pelo Diretor de Manutenção, Sr. Mauro Lúcio Ribeiro da Silva, e aprovada pelo Superintendente da SUDECAP, Henrique de Castilho Marques de Sousa, para prorrogação dos prazos de vigência e execução do contrato DJ 030/2021, justificada da seguinte forma pelo Ofício GERMAN/DJUR-SD n.º. 007/2021:

[...] Durante a execução do contrato a Fiscalização identificou a necessidade de adaptações na planilha para refletir a realidade da demanda da Administração, possibilitar o adequado cumprimento da finalidade do objeto do Contrato e o atendimento ao interesse público fundamental.

Após o início dos serviços que configuram o objeto desse contrato, notamos a necessidade de alteração do projeto executivo inicial, de forma a contemplar uma maior área nas proximidades do canal, garantindo maior estabilidade e segurança à população do entorno. Tendo em vista que o quantitativo previsto não será suficiente para comportar as alterações de projeto, será necessário o aumento do quantitativo de alguns itens, tais como: 05.11.01 – Manta Geotextil e 05.23.04 – Concreto Projetado. Tanto esses itens, quanto os demais, serão de grande importância técnica para a conclusão da obra.

Informamos que o presente aditivo respeita o limite de aumento de valor imposto pelo §1º do artigo 65 e não transfigura o objeto originalmente contratado, permanecendo-o em natureza e dimensionamento compatível com a qualificação técnica exigida no momento da licitação.



Solicitamos, ainda, a alteração dos prazos de execução e vigência contratual por mais 60 (trinta) dias, tendo em vista o impacto gerado pela adequação do projeto inicial e da planilha contratual, sendo necessário a prorrogação do cronograma físico-financeiro do contrato, conforme documento anexo.

Por fim, informamos que a contratada concorda com a presente alteração contratual (carta anexo), mantém as condições de habilitação e idoneidade (Relatório SUCAF anexo) e vem prestando satisfatoriamente os serviços de acordo com a finalidade do contrato. [...]

2. Interessa para a presente análise a instrução do expediente contendo os seguintes documentos juntados às fls. 298/331 do processo 01-092.914/20-79: (i) Solicitação de ajuste contratual; (ii) Solicitação de aditivo de prazo; (iii) Ofício GERMAN/DJUR-SD nº. 007/2021; (iv) Relatório de Informações Cadastrais; (v) Relatório de Impacto de Pré-aditivo; (vi) Carta de anuência da contratada; (vii) Cronograma físico-financeiro e planilha contratual reprogramada denominada "Pré Aditivo" contendo justificativas específicas, a despeito de genéricas; (viii) Cópia dos projetos de Engenharia alterados; (ix) ART's de fiscalização, execução e elaboração de projetos quitadas e registradas em nome dos seguintes profissionais: Alann Wolfgang Fernandes de Sousa, Rodrigo Otávio Ceolin Silva, Milton Silva e Daniel Garcia Toscano Barreto; (x) Declaração de Disponibilidade Financeira e Orçamentária; (xi) Ofício CCG/SMOBI nº. 096/2021; (xii) SUCAF.

3. Após recebido o expediente, identificou-se ausência de prévia assinatura dos projetos executivos anexados ao expediente e a necessidade de encaminhamento de ART em nome do Sr. Ramon C. E. do Nascimento, cujo nome constou expressamente na cópia do projeto de engenharia anexado.

4. Posteriormente, contudo, foi informado pela Sra. Camilla Andrade Naime que o Sr. Ramon C. E. do Nascimento não era responsável técnico pela elaboração dos projetos e foram juntados os projetos retificados e assinados, conforme se vê dos documentos juntados às fls. 327/331.

5. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

6. Preliminarmente, ressalta-se que é competência deste Departamento prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não cabendo adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade do ato que se pretende praticar, reservados a esfera discricionária do gestor público competente.



7. Assim, não serão analisados aspectos de natureza técnica, administrativa e/ou orçamentária, além de planilhas, relatórios, cronogramas físico-financeiros, documentos e demais declarações relacionadas a áreas técnicas específicas, sob competência e responsabilidade das autoridades signatárias.

8. Destaca-se, portanto, que a presente manifestação cinge-se à análise jurídica quanto à **possibilidade de prorrogação da vigência e execução do contrato em referência**, tendo por pressuposto os motivos suscitados pela autoridade solicitante. Nesse escopo, serão considerados tão somente os documentos que instruem o feito e que são referenciados no corpo deste parecer, cujas autenticidades de teor são presumidas em virtude de seu encaminhamento pelos órgãos competentes. O processo de contratação e cada ato que o compõe não será analisado, porquanto presumida a análise jurídica desses atos quando das suas elaborações.

9. Registradas essas considerações, passemos à análise da solicitação.

II.1 – DA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS

10. A Lei Federal n.º 8.666, de 1993, ao fixar as normas para licitações e contratos da Administração Pública, fixou expressamente a possibilidade de prorrogação dos prazos de início de etapas de execução, conclusão e de entrega de obras, desde que a situação concreta (1) se emoldure nas **hipóteses legais autorizantes**, (2) mediante **justificativa e autorização prévias** pela autoridade competente, nos termos do art. 57, §1º e § 2º:

Art. 57. [...]

§ 1º - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte,



diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§ 2º - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

11. Também no que toca à legalidade dessa prorrogação, deve ser observado o que dispõe a Súmula 67 da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte, no sentido de que deve haver (3) **estipulação prévia quanto à possibilidade de prorrogação**; (4) **comprovação da qualidade da atuação da contratada**; (5) **indicação da existência de dotação orçamentária**; e (6) informações que comprovem a **manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada**. Veja-se:

A eventual prorrogação de prazo em contratos administrativos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Belo Horizonte, desde que prevista no edital e no contrato, poderá ocorrer, por meio da celebração de termo aditivo, após ato da autoridade competente, nos termos dessa súmula.

O ato da autoridade competente que justifica a intenção de prorrogar deverá conter, no mínimo, os motivos que justifiquem a necessidade da prorrogação, a demonstração da conveniência e oportunidade da prorrogação, a comprovação da qualidade da atuação da contratada, a indicação da existência de dotação orçamentária, bem como informações que comprovem a manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada. [...]

12. Ainda sobre o aditamento de prazo dos contratos administrativos, cumpre transcrever o seguinte posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, exarado no Processo Administrativo n. 682.700, Rel. Conselheiro Antônio Carlos Andrada, Sessão do dia 23/10/2007:

[...] somente em situações excepcionais e ocorrendo uma das hipóteses elencadas no § 1º do artigo 57 da Lei Federal n. 8.666/93, os contratos celebrados com a Administração Pública poderão ter seus prazos alterados. Diz, ainda o referido dispositivo "que o motivo deve ser devidamente autuado em processo". Já o § 2º do mesmo artigo diz que "toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. Trata-se, pois, de formalidades imprescindíveis e obrigatórias para o aditamento contratual, não podendo a Administração pública se abster de praticá-las, quando da aditativa dos contratos [...].

13. Cumpre, pois, verificar se restaram atendidos os requisitos elencados pela legislação para que se proceda à alteração pretendida.

II.1.1 Do enquadramento da situação nas hipóteses legais



14. Observa-se que, no caso em análise, a justificativa apresentada pelo órgão técnico compatibiliza-se com a hipótese prevista no art. 57, §1º, I, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo em vista a necessidade de alteração dos projetos executivos de engenharia e consequentemente do prazo para execução.

15. Inclusive, a justificativa apresentada pela autoridade solicitante indica as causas supervenientes que ensejaram a modificação da planilha contratual a fim de atender ao interesse da Administração, amoldando-se à hipótese legal inserta no art. 65, I, 'a' da Lei nº. 8.666/93, tal como analisado no Parecer DPCT-SD nº. 128/2021.

16. Afinal, noticiou-se a necessidade de adequações e reanálise das quantidades inicialmente previstas porque se notou "a necessidade de alteração do projeto executivo inicial, de forma a contemplar uma maior área nas proximidades do canal, garantindo maior estabilidade e segurança à população do entorno", conforme se extrai do Ofício GERMAN/DJUR-SD nº. 007/2021.

17. Não resta dúvidas, portanto, que a justificativa apresentada se subsume à hipótese legal.

II.1.2 Justificativa e autorização prévias pela autoridade competente para celebrar o contrato

18. Os motivos que justificam a necessidade da prorrogação constam dos documentos juntados ao expediente, cuja transcrição é feita no relatório deste parecer. Já a autorização consta do formulário Solicitação de Aditivo de Prazo.

19. Quanto ao mérito das justificativas apresentadas, vale registrar que não nos cabe imiscuir no juízo quanto à oportunidade e conveniência da alteração contratual que se pretende realizar. Essa avaliação é de responsabilidade dos órgãos proponentes, competindo-nos verificar se foram observados os limites genéricos estipulados na Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.

II.1.3 Da estipulação prévia quanto à possibilidade de prorrogação

20. A cláusula sétima informa que em caso de prorrogação de prazo, caberá à contratada providenciar a juntada da documentação respectiva:

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
São obrigações da contratada:

[...] 





7.20 juntar, em caso de pedido de aditivo de prazo, valor ou alteração de planilha, além da justificativa, do cronograma físico-financeiro e da planilha contratual, a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do projeto, da planilha contratual, do cronograma físico financeiro e de outras peças técnicas relativas às alterações solicitadas.

21. É importante mencionar ainda que, de acordo com Marçal Justen Filho¹, “inexiste margem de discricionariedade para a Administração negar a prorrogação, nos casos previstos no art. 57, §1º. Trata-se de atividade vinculada, cujos pressupostos estão arrolados no texto legal”. Nessa esteira, uma vez enquadrada a presente situação à hipótese legal, não resta outra opção à Administração Pública que não a de prorrogar o presente ajuste contratual.

II.1.4 Da comprovação da qualidade da atuação da contratada

22. Consta do Ofício GERMAN/DJUR-SD nº. 007/2021 que a sociedade empresária contratada vem cumprindo a contento a prestação dos serviços ora contratados, não registrando ocorrências que justificassem o encerramento do contrato em apreço.

II.1.5 Da indicação da existência de dotação orçamentária

23. Tratando-se de aditamento de mera prorrogação do prazo de vigência, sem implicação sobre o valor do contrato, não haverá dispêndio financeiro de modo a justificar nova dotação orçamentária que lhe faça frente.

24. De todo modo, considerando que a prorrogação do prazo, no caso, se justifica em razão da alteração contratual constante no Termo Aditivo nº. 01, verifica-se que foi apresentada a Declaração de Disponibilidade Financeira e Orçamentária, assinada pelo Superintendente da SUDECAP, Sr. Henrique de Castilho Marques de Sousa, além de ter havido aprovação pela Câmara de Coordenação Geral (Ofício CCG/SMOBI 096/2021), ambos juntado ao expediente.

II.1.6 Da manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada

25. Com relação à comprovação da manutenção das condições de habilitação e idoneidade da contratada, foi acostado ao expediente relatório do SUCAF comprovando situação ativa, o que foi verificado por este advogado autárquico no sítio eletrônico <http://sucf.pbh.gov.br/sifor.php>, nesta data.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 17ª ed. ver., atual, e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 1124.



26. De todo modo, adverte-se que é dever dos gestores acompanhar a manutenção dessas condições durante toda a vigência do contrato.

III – CONCLUSÃO

27. Diante do exposto, considerando que a instrução do expediente foi encaminhada pelas autoridades competentes, as quais justificam a necessidade de prorrogação dos prazos contratuais na realização do interesse público, aprova-se a minuta do Termo Aditivo nº. 02, na forma do art. 38, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93, mantidas as condições de habilitação previamente à formalização do ajuste contratual e a prorrogação da garantia contratual.

28. Não é demais lembrar que este parecer não adentra em questões relacionadas a áreas técnicas e orçamentárias específicas, em especial a planilhas, justificativas e cálculos apresentados, bem como à condução da execução do objeto do contrato, uma vez que extrapolam a competência deste parecerista, deixando-se claro, ademais, que, em virtude da teoria dos motivos determinantes, os atos administrativos, quando motivados, ficam vinculados aos motivos expostos para todos os efeitos jurídicos, de sorte que a legalidade da alteração contratual está necessariamente vinculada à existência dos fatos descritos pela autoridade competente.

29. É o parecer.

Advogado Público Autárquico DPCT-SD

Chefe do Departamento de Contratações da SUDECAP – DPCT-SD

Portaria SUDECAP nº. 128/2021

Gerente da Gerência de Controle de Contratações – GEECO

Aprovo:

Diretor Jurídico – DJ-SD

Por Delegação - Portaria SUDECAP nº 128/2021

Departamento de Contratações
SD 002453-9 DPCT/SUDECAP

